



EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

OFENSIVA CONSERVADORA: A ATUAÇÃO PARLAMENTAR NA ALESC E OS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE EM SANTA CATARINA

Vitor Apolinário Malgarezi

Unesc

vitorapmal@gmail.com

Gregory da Silva Balthazar

Unesc

gsbalthazar@unesc.net

Iana Gomes de Lima

Ufrgs

ianagomesdelima@gmail.com

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo

Nas últimas décadas, a ascensão da extrema-direita em diversas regiões do mundo tem impulsionado uma intensificação das disputas em torno de gênero, sexualidade e direitos humanos, especialmente no campo educacional. No Brasil, essas ofensivas vêm se materializando por meio de estratégias legislativas, retóricas moralistas e mobilizações de pânico moral, configurando um cenário em que a educação torna-se um dos principais alvos de controle e censura (Butler, 2024; Lacerda, 2019; Coutinho, 2025). O objetivo deste trabalho é analisar a atuação parlamentar de deputados da direita e extrema-direita na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), com ênfase nas proposições legislativas e discursos que impactam diretamente o trabalho docente. Este trabalho está vinculado a uma tese de doutorado em Educação em andamento, que investiga a atuação parlamentar conservadora na ALESC ao longo de quatro legislaturas: 17ª à 20ª (2011 - 2027). A escolha por esse recorte temporal baseia-se na literatura científica que identifica o ano de 2011 como marco inaugural da chamada "onda conservadora" no Brasil, tendo como ponto de inflexão a reação pública ao programa Escola Sem Homofobia, rotulado pejorativamente como "kit gay". A partir desse marco, observa-se uma intensificação das ofensivas morais e religiosas sobre o campo educacional, especialmente no que tange aos temas de gênero e sexualidade. No contexto catarinense, a ALESC revelou-se um espaço institucional marcadamente homogêneo ao longo das legislaturas analisadas, com predominância de homens brancos, casados, com

formação superior, majoritariamente oriundos das áreas do Direito, Administração e do setor empresarial. A representação feminina variou entre três e cinco deputadas por legislatura, enquanto a composição racial manteve-se quase integralmente branca, evidenciando um padrão de representação política excludente. Além disso, os índices de reeleição mostraram-se elevados, o que aponta para a permanência de blocos ideológicos consistentes e a reprodução de redes políticas estáveis no interior do legislativo estadual. A análise do espectro ideológico dos deputados indicou um deslocamento progressivo à direita, com especial ênfase a partir da 19ª legislatura (2019–2023), período em que a ascensão do bolsonarismo nacional reverberou fortemente na política estadual. A fundamentação teórica ancora-se em autores que discutem as relações entre política, moralidade, linguagem e afeto. Apple (2003) compreende o currículo como campo de disputa ideológica; Butler (2024) examina os efeitos performativos dos discursos de ódio na produção de realidades repressivas; Safatle (2015) investiga os afetos como operadores centrais das paixões políticas contemporâneas; e Borges e Borges (2018) e César e Duarte (2017) contribuem para a análise dos pânicos morais como formas de governo que mobilizam afetos negativos para interditar saberes dissidentes. Realizou-se uma investigação de abordagem qualitativa, com base em análise documental e análise do discurso político. O corpus empírico foi construído a partir de um levantamento sistemático das proposições apresentadas por parlamentares identificados como pertencentes à direita e à extrema-direita, com base na tipologia do espectro partidário adaptada de Sardinha e Costa (2019). A análise concentrou-se na 19ª Legislatura. Foram incluídas proposições de diversos tipos: indicação, moção, pedido de informação, projeto de lei, requerimento, proposta de alteração do regimento interno, entre outras. As ações foram sistematicamente levantadas no portal legislativo, cruzando-se os dados por tipo de proposição, nome do proponente e pertinência temática. Todas as proposições vinculadas à escola e à educação foram sistematicamente tabeladas. A partir desse corpus ampliado, realizou-se uma segunda triagem, voltada especificamente àquelas com impacto direto ou simbólico sobre o trabalho docente. Essa etapa considerou tanto proposições normativas (como projetos de lei e emendas) quanto simbólicas (como moções, requerimentos e pronunciamentos em plenário), desde que abordassem temas recorrentes nas ofensivas conservadoras relacionadas à educação. A análise concentrou-

se nas proposições que buscavam interferir na atuação docente, na autonomia pedagógica e na organização dos conteúdos escolares, compondo um panorama das estratégias de controle moral e político sobre a docência na esfera legislativa catarinense. A análise das proposições legislativas dos deputados Ana Campagnolo e Jesse Lopes evidencia a instrumentalização do Regimento Interno da ALESC para fins de controle político e moral da prática docente. Campagnolo recorre a moções de aplauso e pedidos de informação como mecanismos de legitimação de um modelo docente conservador e de fiscalização sobre o trabalho pedagógico. Jesse Lopes, por sua vez, destaca-se por discursos inflamados no plenário e nas redes sociais, com forte teor punitivista, militarista e moralizante, frequentemente vinculando escolas a locais de “doutrinação ideológica” e reivindicando uma educação desprovida de “ativismo”. Ambos os parlamentares atuam em sintonia com a gramática bolsonarista, mobilizando categorias como “família”, “valores”, “neutralidade” e “liberdade de expressão” para sustentar uma política de silenciamento. Entre os principais achados, observa-se que a atuação dos parlamentares citados combina elementos discursivos e institucionais que reforçam o silenciamento de vozes dissidentes na escola, o esvaziamento dos conteúdos relacionados a direitos humanos e a imposição de uma pedagogia da conformidade. A escola pública é, nesse contexto, alvo de um projeto de domesticação e controle, que opera pela desqualificação do trabalho docente e pela disseminação de suspeitas contra educadores e educadoras. A produção sistemática de “inimigos internos” no espaço escolar – professores, livros, saberes – tem como efeito o enfraquecimento da autonomia pedagógica e o avanço de práticas censórias legitimadas institucionalmente. O estudo se alinha ao Eixo 1 por analisar como disputas político-ideológicas sobre políticas educacionais repercutem na formação e nas condições de trabalho docente. Ao tomar Santa Catarina como recorte empírico, evidencia desafios contemporâneos da educação latino-americana e sublinha a necessidade de resistências coletivas em defesa da escola democrática e da valorização profissional docente.

Palavras-chave: trabalho docente. conservadorismo. políticas educacionais.



Referências

APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230047, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, n. 66, p. 141–155, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.54713>. Acesso em: 24 jul. 2025.

COUTINHO, Gustavo Miranda. *Direitos humanos antigênero*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2025.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2016.